

HISTÓRIA POLÍTICA DO FUTEBOL BRASILEIRO – RESENHA

Prof. Ms. Cleber Augusto Gonçalves Dias

Universidade Estadual de Campinas

Campinas, Brasil

cag.dias@bol.com.br

Recebido em 14 de março de 2008

Aprovado em 20 de março de 2008

Resumo

Esta resenha tem por objetivo discutir aspectos históricos e políticos do livro *História política do futebol brasileiro*, de Joel Rufino dos Santos.

Palavras-chave: esporte; futebol brasileiro; história política.

Abstract

História política do futebol brasileiro – Book Review

This review aims at discussing historical and political aspects of the book *História política do futebol brasileiro (Political History of Brazilian Football)*, by Joel Rufino dos Santos.

Keywords: sport; Brazilian football; political history

SANTOS, Joel Rufino dos. **História política do futebol brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

O livro *História política do futebol brasileiro* é de autoria de Joel Rufino dos Santos, um dos principais nomes do movimento conhecido como a Nova História do Brasil. Tal movimento foi formado por um grupo de intelectuais ligados ao Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Este último, por sua vez, criado em 1955 pelo então presidente Café Filho e vinculado ao Ministério da Educação e da Cultura, foi um instituto de pesquisa que pretendia ser um espaço de vanguarda no pensamento social nacional. Entre suas contribuições, está a

formalização de um Projeto Nacional Desenvolvimentista, que, de certo modo, foi a base teórica para o projeto de governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Em 1964, com o golpe militar e o estabelecimento de um regime de exceção, o ISEB foi extinto e muitos dos seus membros exilados. Mas o período no qual esteve ativo foi suficiente para impulsionar importantes ações, como a Nova História, por exemplo. Nesse caso, especificamente, a ambição fora desde o início a de reescrever a história do Brasil, “rompendo com a história oficial, factual e mitificada”. Nas palavras de Nelson Werneck Sodré, um dos seus idealizadores, pretendia-se mesmo “fugir à rotina dos compêndios”.

Entre 1961 e 1964, tais ideais se materializaram em uma obra coletiva de 10 volumes intitulada Nova História. À luz do nacionalismo e numa abordagem marxista, os livros pretendiam constituir-se como ferramenta para repensar o Brasil: uma revisão historiográfica com vistas a uma interpretação popular que tentasse explicitar as contradições presente nas dinâmicas históricas. Na ocasião, Joel Rufino dos Santos, que participou da co-autoria dos livros, era ainda estudante de História.

É neste contexto geral e a partir dessas vinculações que temos o trabalho sobre a história política do futebol brasileiro. Lançado em 1981, trata-se de um pequeno livro com pouco mais de 90 páginas publicado na coleção Tudo é História, da editora Brasiliense. Em linhas gerais, a proposta da coleção é editar trabalhos históricos em uma linguagem acessível endereçadas a um público não-especializado. Nesse sentido, o livro de Joel dos Santos não é um livro propriamente acadêmico. Seu próprio autor classifica como uma crônica, cujo objetivo é tão somente apontar as possibilidades de ampliação das referências no estudo e conhecimento de importantes aspectos das manifestações populares, nesse caso, o futebol.

Nem por isso, contudo, o trabalho deixa de ser interessante. Ao contrário, ali já é bastante significativo o esforço para estabelecer as co-relações entre o futebol e processos sociais mais amplos, uma causa muito em voga atualmente entre historiadores do esporte. No caso em questão, já se nota claramente um impulso de perseguir as causas históricas mais profundas capazes de explicar a incorporação e subseqüentes transformações do futebol no Brasil. As relações do processo de assimilação esportiva com o imperialismo inglês, por exemplo, são sublinhadas logo no início: “nada, com efeito, assinalou melhor a presença e os métodos do imperialismo inglês no mundo” (p. 13). A tentativa é de olhar para o futebol, ao lado das empresas de iluminação ou de construção de estradas de ferro, como um dos fios que teceu a dominação inglesa no mundo.

Assim, a fase inicial do futebol no Brasil, situada pelo autor entre 1894 e 1920, está colocada em termos de uma prática destinada aos ricos (“só inglês, grã-fino e branco”), empenhados, deliberadamente, em obstruir o acesso dos mais pobres, quer como praticantes, quer como espectadores.

Um match no *field* do Bangu Athletic Club, aí por volta de 1910, devia ser um espetáculo mimoso. Moças loiras e perfumadas na assistência. Jogadores impecáveis nos seus calções e meias importados. A grama, que servia também para o *cricket*, aquecida pelos últimos raios de Febo. Antes de se iniciar o *meeting*, os hip-hurras! E, depois, no final, o vencedor cantando, com hálito de whisky, o tradicional “when more we drink together, more friends we be” (p. 15).

Nessa caracterização, os pobres eram “intrusos no espetáculo”. No entanto, com o tempo, a limitação da presença das camadas populares foi paulatinamente dando lugar a uma popularização. A fase branca e inglesa dava lugar a uma fase em que brasileiros pretos e pobres começavam a entrar em campo, ainda que timidamente. É o início do surgimento dos “clubes de esquina”, “times de pobre”, como o Corinthians Paulista ou o

Vasco da Gama. Segue-se uma reação que tentava desqualificar o futebol jogado pelos pobres ou criar círculos específicos de relacionamento, como a diferenciação entre ligas e associações.

Interessa assinalar que Joel dos Santos situa todo o processo com importantes mudanças da sociedade brasileira que, segundo ele, podiam “ser acompanhadas por toda a parte”, “nas relações sociais ou na música popular”. No caso do futebol, do mesmo modo, haveria também uma espécie de paralelismo. A ampla alteração das cidades, “painel em que essas mudanças se retrataram”, com aumento da população, surgimento de novos ofícios e início de mobilizações de massa demandava então práticas corporais mais condizentes com aquele novo contexto. Seguindo seus argumentos, esse estado de coisas fez autoridades e industriais se convencerem de que “a cidade precisava de um esporte de massas” (p. 22). Estaria aí, portanto, uma das causas para a popularização do futebol.

Como a uma criança que manda brincar “para queimar energias”, os operários foram, então, mandados jogar futebol: os municípios isentaram os campos de impostos; os industriais se apressaram em construir *grounds*; a polícia parou de reprimir os rachas em terrenos baldios; os castigos aos estudantes de escolas públicas que fossem pegos jogando futebol; suspensos (p. 22).

Poderíamos nos questionar o quanto essas interpretações subestimam o papel da auto-organização popular em detrimento dos mecanismos de controle entabulados pelas classes dirigentes. Em outras palavras, poderíamos nos perguntar se a popularização do futebol foi de fato uma conquista ou uma mera concessão? O autor afirma que os governantes não só se deram conta daquelas mudanças que estavam em curso no âmbito das cidades como se aproveitaram delas, chegando mesmo as estimularem. Nesses termos, a consolidação do futebol parece mais uma manobra inteligente das classes

dominantes do que o resultado de lutas e reivindicações encaminhadas pelas próprias classes populares.

Talvez, haja algum excesso no tom dessas colocações em função de uma tradição interpretativa que poderíamos dizer marxista ortodoxa, onde o desenvolvimento do futebol é colocado como uma “lutas de classes da boa” e o papel das sobre determinações econômicas é mais ou menos exagerado. De todo modo, em que pese os seus limites, são os *insights* sugeridos pelo estabelecimento de correspondências entre o futebol e a sociedade de modo mais geral que dão a medida do mérito deste breve trabalho.

Ao abordar o aparecimento do profissionalismo nos anos 30, se enfatiza as “raízes ideológicas” das polêmicas entre amadores e profissionais. Nesse sentido, “a razão profunda” para o profissionalismo estaria na “revolução que vinha modificando a nossa sociedade pela base” (p. 48). Inversamente, eram essas mesmas circunstâncias aliadas a uma sensibilidade particular que foi capaz de fazer de um jogador como Leônidas um craque célebre. Diferente de Friedenreich, Leônidas não visava apenas o prestígio e o status, mas sim, a possibilidade de viver do futebol. Fora ele “o primeiro a explorar comercialmente o próprio nome”, compreendendo “que as mudanças econômicas que o país sofrera havia convertido o jogador de bola num assalariado” (p. 38-39).

De outro lado, diante dessa demanda produzida pelas próprias “bases sociais” testemunha-se uma apropriação que sacramenta definitivamente a transformação do jogo em espetáculo. “A burguesia ia tomando o que era do povo para converter em objeto de lucro [...] Futebol e samba passavam de artesanato a negócio” (p. 59). Todas

essas divergências são então apresentadas como condição estrutural das mudanças e inflexões históricas do futebol.

Os atletas e dirigentes contrários à popularização do esporte recusavam receber e pagar um centavo que fosse. Temiam a morte do “verdadeiro espírito olímpico”. No fundo, defendiam uma posição de classe, eram burgueses, com negócios e empregos, ameaçados pela invasão proletária. No seu entender, devia-se jogar unicamente por amor á camisa, nunca por dinheiro (p. 47).

Do mesmo modo, se aponta o gosto do público pelo jogo dos profissionais como a “base social” que deu sustentação a todo aquele processo. Ou seja, tem-se uma tentativa de evidenciar as conexões de uma complexa teia de acontecimentos e significados que encadeavam mudanças no próprio futebol, mas que, ao mesmo tempo, o extrapolavam. O recurso ao que estava se desdobrando no rádio é ilustrativa sob este aspecto. Nas palavras do autor: “É curioso. O rádio, que aparecera aqui em 1922, estava sendo palco do mesmo conflito – o que demonstra as raízes sociais e ideológicas do problema” (p. 47).

Outro exemplo, ainda nesse mesmo sentido, de vincular a historia do futebol à mudanças mais estruturais, menciona-se a forçosa tentativa de enquadrar a forma de jogo dos brasileiros em sistemas táticos importados e, em geral, estranhos aos costumes de jogo local. A chegada nos anos 30 do técnico húngaro Dori Kruschner, entusiasta do sistema WM, criou sério conflito com atletas como Fausto dos Santos, a Maravilha Negra. O estilo de Fausto não se alinhava com as proposições e determinações do técnico estrangeiro. Aqui, tal como em outros aspectos da história do futebol, têm-se uma questão política de fundo. Nesse caso, é “a arte popular contra sistemas importados de jogo”. É a legitimidade e a autenticidade da maneira de jogar *especificamente brasileira* que estão em xeque.

A antiga questão da imitação aparece como constante condicionante histórico. Primeiro com a aplicação de pó de arroz no rosto de alguns jogadores negros a fim de camuflar sua própria negritude; depois com o desejo explícito de copiar as invenções táticas da Europa.

Enfim, o reconhecimento da história como um módulo possível (e necessário) para a explicação do fenômeno esportivo é uma idéia que aparece de forma relativamente precoce neste trabalho. Nos anos seguintes – primeira metade da década de 80 – outros empreendimentos que tinham acadêmicos meditando sobre o esporte ganhariam corpo com consistência ainda maior. Por tudo, a apresentação deste texto parece-nos oportuna por ocasião do lançamento da primeira revista brasileira dedicada especificamente à história do esporte, onde a prática do fazer histórico neste âmbito em especial tem caminhado, em larga medida e cada vez mais, na direção da efetivação de um projeto teórico que, mais ou menos tal como aquele, visa, exatamente, a compreensão deste fenômeno no marco da inextricável interdependência dos fatos sociais.